

A HISTÓRIA QUE NOS FEZ E A HISTÓRIA QUE SE FAZ:
DA PRIMEIRA À SEGUNDA FASE
DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Por Armando Luís de Carvalho **HOMEM***

«Aborder l'histoire de l'historiographie en historien, ce n'est donc plus la rétrécir dans d'étroites considérations de boutique. C'est l'élargir et l'approfondir aux dimensions du réel. Laissant aux philosophes et aux théoriciens — qui le font fort bien et depuis longtemps — le soin de dire ce qu'aurait dû être Clio jadis ou naguère, nous disons ce qu'elle fut. Ou plutôt de quels masques changeants elle n'a cessé de couvrir son visage. Humble quête qui fonde notre ambition» (Ch.-O. CARBONELL)¹.

1. Não é por certo novidade para ninguém a voga que a História da Historiografia vem tendo desde os anos 70. Simplesmente... em que termos?

* Professor da Faculdade de Letras e investigador do Centro de História da Universidade do Porto (I.N.I.C.); professor convidado da Universidade Autónoma de Lisboa. O presente texto constituiu originariamente uma comunicação ao Congresso *O Porto na Época Contemporânea* (Porto, Ateneu Comercial, Outubro de 1989).

¹ «Pour une histoire de l'historiographie», in *Storia della Storiografia*, 1 (1982), p. 24.

- Não certamente nos termos de “lista telefónica” de historiadores ou de intermináveis repertórios bibliográficos.
- Nem como «História de heróis», centrada nos Hérodoto(s), Froissart(s), Michelet(s) ou Marc(s) Bloch(s) de tempos vários.
- Nem como disciplina de estatuto indefinido, cavalgando indecisamente a História da Literatura, a Filosofia da História ou a História das Ciências².

Mas como uma disciplina cujo cultor interroga o passado do «métier d'historien», entendendo a História desse «métier» como a História de um discurso, escrito e reclamando-se de verdadeiro, o discurso «que os homens têm sustentado sobre o seu passado»³. E assim é óbvio que o objecto da *História da Historiografia* se alarga em diversos sentidos:

- Já não apenas a elaboração erudita e os seus responsáveis (que seria a tradicional e já mencionada «História de heróis»).
- Mas, e também, a reflexão sobre as condições de acesso ao ofício de historiador e sobre o seu exercício; sobre a «comunicação do saber histórico» (pelo ensino, pela edição, pelos «mass media», enfim); e sobre o lugar do historiador na sociedade e as funções sociais da História⁴.

É deste modo que, e para lá dos objectivos tradicionais da História da Historiografia, outros alcançam um estatuto de legitimidade:

- Já não somente os 'grandes' historiadores, mas *todos* os responsáveis pela elaboração de um conhecimento erudito, encarados enquanto «comunidade científica» a partir do

² Ch.-O. CARBONELL, *Histoire et Historiens. Une mutation idéologique des historiens français. 1865-1885*, Toulouse, Privat, 1976, pp. 45-57.

³ Id., *Historiografia*, trad. port., Lisboa, Teorema, 1987, p. 6 (ed. original, *L'Historiographie*, Paris, P.U.F., 1981).

⁴ Tive em conta o «Questionário» que serviu de base ao Colóquio *Être historien aujourd'hui (Nice, févr. 1986)*, Paris/Toulouse, Erès/UNESCO, 1988, pp. 21-2. Vejam-se também algumas das contribuições apresentadas ao Colóquio *Au berceau des «Annales». Le milieu strasbourgeois. L'histoire en France au début du XX^e siècle [Strasbourg, 1979]*, ed. Ch.-O. CARBONELL e G. LIVET, Toulouse, Institut d'Études Politiques, 1983.

momento em que tal se torne viável; sem esquecer a transmissão de tal conhecimento: o que nos leva do «fazer História» ao seu ensino (aos mais diversos níveis), à sua difusão, à sua divulgação, ao seu atingir de públicos eventualmente alargados, aos lugares-comuns, etc.

— Assim sendo, igualmente legítimas se tornam tarefas como a análise de «corpus» de professores de História (a começar pelos universitários, mas sem excluir outros graus de ensino), o estudo de Academias e Sociedades de antiquários e eruditos, sua actividade e seus membros, ou a abordagem de revistas historiográficas, seus conteúdos, colaboradores e leitores. E é nessa análise das «micro-sociedades» potencialmente constituídas pelo professorado, pelos académicos, pelos eruditos ou pelos colaboradores de revistas que o medievalista que sou, e investigador no âmbito da sociedade política, se aproxima de quantos investigam as *élites* intelectuais do mundo contemporâneo⁵, e dentro delas particularmente os historiadores e professores universitários no domínio das Ciências Humanas; a convergência é garantida por um método: a *prosopografia*, entendida como «multi-biografia» centrada em questionários, sistematizados e quantificáveis, às vidas e carreiras dos indivíduos integrantes do grupo a ser estudado⁶.

Esclarecido este ponto de partida disciplinar, eu acrescentaria agora um dado de facto:

— Nos nossos dias e nos mais variados países (europeus e não só), o historiador é alguém profissionalizado enquanto tal, no quadro de instituições de Ensino Superior ou, eventualmente, de investigação científica não docente; por outras palavras, o historiador é normalmente um professor universitário ou um investigador colocado em plano semelhante.

⁵ Cf. J.-M. MAYEUR, «Préface» a *Le personnel de l'enseignement supérieur en France aux XIX^e et XX^e siècles [Actes]*, ed. C. CHARLE e R. FERRÉ, Paris, C.N.R.S., 1985, pp. 7-8 e diversas contribuições apresentadas a este Colóquio.

⁶ Entre as realizações cf., e para já, C. CHARLE, *Dictionnaire biographique des universitaires aux XIX^e et XX^e siècles*, 1. *La Faculté des Lettres de Paris (1809-1908)*, Paris, C.N.R.S., 1985 e *Les Professeurs de la Faculté des Lettres de Paris. Dictionnaire biographique, 1909-1939*, Paris, C.N.R.S., 1986; e Id. e Eva TELKES, *Les professeurs du Collège de France. 1901-1939*, Paris, I.N.R.P., 1988.

É evidente que nem sempre assim foi. E o lento (e por vezes penoso) processo de enquadramento universitário da nossa Historiografia é igualmente um dos 'panos de fundo' da comunicação que hoje aqui lhes trago.

Finalmente, uma derradeira nota preambular: o presente texto só é compreensível saído da pena de quem há quase 17 anos exerce funções docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Escola onde ingressou como aluno há mais de 21. E é aqui que a História da Historiografia irresistivelmente se cruza com um 'género' bem mais recente, designável por «ego-História», onde, como no dizer de P. Nora, se trata de explicitar o laço que une a História que *fez* o historiador e a História que este *faz*. Portanto, não estritamente «autobiografia», mas a abordagem historiográfica do próprio percurso enquanto historiador⁷.

2. Feitas estas considerações prévias, creio poder avançar. Como é do conhecimento corrente, a actual Faculdade de Letras do Porto constitui a segunda fase de uma Escola que pela primeira vez funcionou entre 1919 e 1931. Criada por Leonardo Coimbra, Ministro da Instrução do Governo de Domingos Pereira, todos terão por certo uma ideia das circunstâncias polémicas de que essa fundação se rodeou, do conflito havido com a Universidade de Coimbra, da solução final encontrada e do funcionamento por vezes acidentado da Escola — vista como algo de 'exótico' numa Universidade do Porto tradicionalmente voltada para outros domínios científicos. Em termos gerais tem o conhecimento corrente uma ideia de tudo isso⁸.

Mas quanto aos docentes da Escola o caso muda um pouco de figura. Porque se desde há muito se tem assistido a uma autêntica 'sacralização' da «tribunícia» figura de Leonardo, já os restantes membros do Corpo Docente são normalmente menos conhecidos, particularmente os do *grupo* que de momento me interessa, o de *História; História* que, para efeitos de licenciatura, se encontrava então associada à *Geografia*⁹. Professores «ordinários» de *História* foram Damião Peres (o único

⁷ P. NORA, «Présentation» a *Essais d'ego-histoire*, por M. AGULHON *et al.*, Paris, Gallimard, 1987, p. 7.

⁸ Cf. Luís de PINA, «Faculdade de Letras do Porto (Breve História)», in *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I [único publicado] (1966), pp. 59-172, *maxime* 74-8; e Luís de Oliveira RAMOS, «Notas sobre a origem e estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto» [separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto], Porto, 1983, pp. 245-60.

⁹ No quadro das orgânicas curriculares de 1911 e de 1918 (Ministros António José de Almeida e Alfredo Magalhães).

verdadeiramente 'célebre'), Augusto Ferreira Nobre e Francisco Manuel Homem Cristo; professor da «cadeira anexa» de *Estética e História da Arte* foi Aarão de Lacerda, igualmente professor da Escola de Belas-Artes; cadeiras de *História* foram ainda regidas por José Teixeira Rego (do grupo de *Filologia Românica*), Ângelo Ribeiro (de *Filologia Germânica*), António Augusto Mendes Correia e Artur de Magalhães Basto (de *Geografia*) e ainda por Francisco Newton de Macedo (de *Filosofia*); sem esquecer que, já nos anos finais da sua existência, a Faculdade teve ao serviço, primeiro como assistente, depois como professor auxiliar, um então recém-licenciado pela própria casa cujo nome não carece de apresentações: Torquato de Sousa Soares¹⁰.

Tendo em conta este conjunto de individualidades, o que se pode concluir é que praticamente todas elas estão longe, bem longe da condição de historiador, misto de investigador e professor, como hoje o entendemos, isto é, do professor que, enquanto tal, transmite um estado de conhecimentos pelo qual em alguma medida é responsável. Excepções? Sem dúvida: a mais notória está em Torquato de Sousa Soares, pela sua obra futura; e, «mutatis mutandis», Magalhães Basto ou Mendes Correia, este último em função da sua obra de arqueólogo e antropólogo. Estranharão talvez a não inclusão de Damião Peres. Mas o facto é que Damião Peres se reporta a uma outra tradição. Damião Peres era ainda um produto do antigo Curso Superior de Letras, e neste só por excepção os professores de *História* foram investigadores (a única verdadeira excepção é Rebelo da Silva). Damião Peres foi muito mais um historiador de sínteses, expositor eficiente de estados de conhecimentos e, como tal, muito mais ponto de chegada de uma erudição com raízes nos finais do século XVIII do que ponto de partida para novas pesquisas. É evidente que há trabalhos de investigação 'pura' na obra de Damião Peres; mas são trabalhos minoritários dentro da sua vasta produção, onde avultam, pelo contrário, as exposições, normalmente brilhantes, de estados actuais (ao tempo) de conhecimentos; seja, por exemplo, a propósito das origens de Portugal, dos Descobrimentos, ou da I República e dos anos posteriores ao 28 de Maio¹¹. E é esse mesmo significado — o de ponto de chegada de anteriores tradições eruditas, normalmente não-universitárias — o da *História de Portugal*, dita «de Barcelos», que Damião Peres dirigiu e lançou enquanto professor no Porto e com alguns colegas da sua Facul-

¹⁰ Sobre o Corpo Docente da primeira fase da Faculdade de Letras cf. *O Pôrto e a sua Universidade*, Porto, Universidade do Porto, 1925.

¹¹ Sobre Damião Peres v. por todos Humberto Baquero MORENO, *Elogio do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1979.

dade, obra que se foi publicando até meados dos anos 30, quando o seu director era já lente em Coimbra.

Esta situação da *História* e do seu ensino na primeira fase da Faculdade de Letras do Porto¹² não deverá surpreender-nos, porquanto ela era o normal, ao tempo, no nosso País, onde a docência das Letras e Ciências Humanas a nível universitário era algo de relativamente novo. Nessa fase ainda incipiente o professor ideal seria acima de tudo alguém com uma formação *enciclopédica*, susceptível de abarcar e de expor variadíssimos leques de temas e matérias. 'Modelo' que no Curso Superior de Letras ou nos tempos iniciais da Faculdade de Letras de Lisboa terá os seus representantes em Manuel de Oliveira Ramos e sobretudo em Agostinho Fortes, ou ainda na vertente não-arqueológica da obra de Manuel Heleno¹³; de algum modo expressão tardia deste modelo será um lente que muitos ainda aqui lembrarão, visto ter concluído a sua carreira no Porto: refiro-me a José António Ferreira de Almeida (que ainda foi aluno de Agostinho Fortes), consagrado fundamentalmente como expositor e conferencista no domínio da *História da Arte*, afectando no entanto uma actualização bibliográfica que o colocava indubitavelmente a grande distância daqueles seus predecessores lisboetas.

Excepção neste panorama foi indubitavelmente Coimbra, isto dados os antecedentes que, em matéria de «erudição profana» (V. Nemésio)¹⁴, a respectiva Faculdade de Letras possuía na Faculdade de Teologia, suspensa em 1910; tendo havido também diversos lentes de Teologia que souberam e puderam assegurar a transição para a nova Escola, garantindo o grosso da docência nos seus primeiros anos; de todos, o mais conhecido e ainda hoje evocado é certamente António de Vasconcelos. Daí que, dos três pólos universitários tradicionais, tenha sido Coimbra aquele onde mais cedo se criaram condições para a configuração de uma 'Escola', processo que, quanto a mim, exige a sucessão harmónica das gerações e que em Coimbra é, creio, datável da fase que se inicia no final dos anos 50 (aquando da autonomização da licenciatura em *História*), no quadro

¹² Sobre o assunto v. por todos Victor de SÁ, «Notas sobre o ensino da História na primeira Faculdade de Letras do Porto», in *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade do Porto], *História*, II sér., II (1985), pp. 199-209.

¹³ Aqui poderíamos ainda incluir Queirós Veloso, já que a quase totalidade da sua extensa obra foi produzida depois de retirado por limite de idade; como é sabido, este historiador viveu até aos 92 anos.

¹⁴ «Última lição», in *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, ed. Maria Margarida Maia GOUVEIA, Lisboa, ICALP, 1986, pp. 438-9.

daquilo a que eu, em 1987 e num trabalho em colaboração, chamei «o encontro conseguido de mestres consagrados com jovens valores despontados em momentos regularmente sucessivos»¹⁵.

3. Mas voltemos ao Porto. Em 1931 a Faculdade de Letras fecha as suas portas. O Corpo Docente dispersa-se. Carreira universitária apenas a prosseguirão, no imediato, Hernâni Cidade em Lisboa e Damião Peres em Coimbra; Torquato de Sousa Soares conseguiu-lo-á mais tarde, nesta última Universidade; e o classicista Urbano Canuto Soares ensinará em Universidades brasileiras.

Mas a Faculdade não passaria sem deixar sequelas. Dos seus licenciados emergiria uma vasta plêiade de professores liceais, justamente prestigiados na sua profissão, e que nunca deixaram de publicitar as virtualidades da Escola e de pugnar pelo seu ressurgimento, processo este acelerado a partir dos anos 40, já com alargado elenco de protagonistas, inclusivamente dentro da Universidade e de diversas instâncias do Poder urbano, como veremos.

Por outro lado, a Cidade possuía alguma tradição erudita, em parte ligada ao Município: estou a pensar nomeadamente na iniciativa de publicação de fundos do Arquivo Municipal, datada de 1888 e que culminaria, a partir de 1891, nos sucessivos volumes do *Corpus Codicum Latinorum et Portucalensium*; até 1917, e com alguma irregularidade, editaram-se os três primeiros, a eles ficando ligado o nome de José Caldas. Iniciativas do género reacender-se-ão nos anos 30: em 1938 inicia-se a publicação do volume IV do *Corpus Codicum*; no mesmo ano surge o *Boletim Cultural* da Câmara; Câmara que iria também iniciar a colecção «Documentos e Memórias para a História do Porto», de que um dos primeiros números seria a publicação, por responsabilidade de Magalhães Basto, do mais antigo dos livros da *vereação* portuense, referente a 1390-95, livro que durante muito tempo se julgou ser tipologicamente o mais remoto em todo o País.

Tudo isto tinha a ver com alguma dinamização das direcções das bibliotecas e arquivos da Cidade:

— Magalhães Basto assumira, em meados desses mesmos anos 30, a direcção do Arquivo Municipal, a partir de então designado como Gabinete de História da Cidade e instalado

¹⁵ Armando Luís de Carvalho HOMEM, Amélia Aguiar ANDRADE e Luís Carlos AMARAL, «Por onde vem o Medievismo em Portugal?», in *Revista de História Económica e Social*, 22 (Jan.-Abr. 1988), p. 118.

na «torre medieval», junto à Sé; mais tarde transferir-se-ia para a direcção do Arquivo Distrital, onde se conservaria por largos anos;
— à frente do Gabinete de História da Cidade estaria António Cruz de 1939 a 1948; neste último ano transitaria para a direcção da Biblioteca Municipal; e na direcção do Gabinete de História suceder-lhe-ia João Albino Pinto Ferreira.

Dinamização das direcções = melhores condições de trabalho nos arquivos = estímulo de mais e mais jovens investigadores? Bom... isso seria 'pedir' demais ao tempo que se vivia... e aos arquivos. O Porto estava sem Faculdade de Letras; só por excepção um docente ou licenciando de Lisboa ou Coimbra aqui viria fazer investigação continuada, em época em que quase não havia bolsas de estudo e muito menos o que agora se chama «mecenato»; e num tempo em que uma simples viagem de comboio Coimbra/Porto poderia demorar três horas e meia se se utilizasse um «semi-directo» ou um «regional». Por outro lado, e para não ir mais longe, os arquivos tinham então orçamentos modestíssimos; por mais competentes que fossem os directores, se a conservação das espécies se pôde ir assegurando (mesmo que por vezes com deficiente catalogação), já as instalações chegaram não raro a inadmissíveis estados de degradação, caso dos telhados do edifício da Biblioteca Municipal ou da instalação eléctrica do edifício do Arquivo Distrital.

De qualquer modo, alguma coisa 'latejava' na erudição portuense. E os anos 40 confirmá-lo-iam, mormente após o termo da Guerra, e num processo que algo teria a ver com a futura restauração de Faculdade de Letras. Mas não nos antecipemos.

4. 1945 trará algumas novidades. Antes de mais o aparecimento de uma nova série da revista *O Tripeiro*, série dirigida precisamente por Magalhães Basto e que se prolongará até à morte do director, em 1960. É óbvio que *O Tripeiro* nunca foi propriamente uma revista de erudição universitária; mas nela colaboraram diversos universitários; e nela encontramos inúmeros artigos com interesse, ainda que não produzidos por *investigadores* ou *eruditos*, no sentido corrente que hoje damos aos termos.

1945 traria igualmente a intensificação da campanha pela restauração da Faculdade, campanha que na Comunicação Social escrita teve expressão no vespertino *A Tarde*, estudado noutra comunicação a este Congresso¹⁶,

¹⁶ Maria Elvira CASTANHEIRA, «Um jornal do Porto: “A Tarde” (1945)».

e mais tarde no *Jornal de Notícias* e no também vespertino *Diário do Norte*; sem esquecer as intervenções de Urgel Horta na Assembleia Nacional. Campanha que tinha agora também adeptos na Universidade e no Município: Universidade de que era Reitor o professor de *Anatomia Patológica* Amândio Joaquim Tavares (1900-74); Município a que presidia o professor de *História de Medicina* Luís José de Pina Guimarães (1901-72). E foi na convergência da Universidade, do Município e do Instituto de Alta Cultura (de que Amândio Tavares era Vice-Presidente) que nasceu em 1947, como anexo à própria Universidade do Porto, o Centro de Estudos Humanísticos, organização que se destinava a promover pequenos cursos livres, de nível no entanto superior, ou pretendendo-se (e destaque-se o curso de *Estudos Portuenses*, por alguns anos a cargo de Magalhães Basto), e ao mesmo tempo a atribuir bolsas de apoio à investigação¹⁷. E em 1953 o Centro lançará mesmo uma revista, *Stvdivm Generale*, publicada regularmente até 1960, e na qual, para além das individualidades ligadas ao próprio Centro (incluindo diversos professores de Medicina), colaborarão vários lentes de outras Faculdades ou Universidades (Américo da Costa Ramalho, M.^a Helena Rocha Pereira, Delfim Santos, Júlio Fragata, Torquato de Sousa Soares, Rogério de Azevedo). Uma revista, em suma, que pelos temas abordados e pelo tipo de colaboração se aproxima muito mais do que hoje entendemos por erudição universitária.

Em torno d'*O Tripeiro*, da *Stvdivm Generale* e das publicações municipais (*Boletim Cultural*, colecção «Documentos e Memórias...») se configura assim não propriamente uma «comunidade» de historiadores portuenses, mas uma 'nebulosa', abarcando investigadores, mas também amadores ou simples curiosos dos assuntos da Cidade ou do Norte do País. Como 'remate' da actividade do grupo encontramos, nos anos 60, os 3 volumes da *História da Cidade do Porto*, planeada por Magalhães Basto e concretizada, entre 1962 e 1965, por uma equipa integrando 11 nomes. Uma «démarche» interessante, permitindo talvez efectuar o percurso desde os círculos exteriores da 'nebulosa' até ao seu «núcleo duro», poderá estar na averiguação de quais as individualidades que colaboraram em mais do que uma destas publicações ou séries de publicações¹⁸. Assim, tendo em conta os 37 nomes que constituem os colaboradores mais assíduos d'*O Tripeiro* (1945-60) e a totalidade dos da

¹⁷ Cf. *Anuário da Universidade do Porto* (1946/47) e António CRUZ, «As bodas de prata da restauração da Faculdade de Letras», in *O Tripeiro*, série nova, ano IV, n.^{os} 11-12 (Nov.-Dez. 1985), pp. 323-31.

¹⁸ Cf. uma «démarche» do mesmo tipo em F. DOSSE, «Les héritiers divisés», in *Lire Braudel*, por M. AYMARD *et al.*, Paris, La Découverte, 1988, pp. 157-70, *maxime* 164 ss.

Stvdivm Generale (1953-60) e da *História da Cidade do Porto*, verificamos o seguinte:

- Na *Stvdivm Generale* e n' *O Tripeiro* colabora apenas Rogério de Azevedo, arquitecto e professor da Escola de Belas-Artes;
- na *História da Cidade do Porto* e na *Stvdivm Generale* colaborou o já mencionado Luis de Pina;
- n' *O Tripeiro* e na *História da Cidade do Porto* escreveram os eruditos Bernardo Xavier Coutinho e Eugénio Andrêa da Cunha e Freitas, o académico Conde de Campo Belo e o professor liceal Manuel da Cruz Malpique;
- finalmente, e teremos aqui então o «núcleo duro», na *História da Cidade do Porto*, na *Stvdivm Generale* e n' *O Tripeiro* colaboraram 4 nomes (e que nomes!): Torquato de Sousa Soares, Magalhães Basto, António Cruz e Pinto Ferreira¹⁹.

5. E entretanto chegámos aos anos 60 e à restauração da Faculdade, por Decreto de 1961, tendo-se o funcionamento concretizado a partir do ano lectivo de 1962/63. Não é este o momento de relembrar as circunstâncias do ressurgimento da Escola. A «estória» de tal processo penso aliás que, tanto quanto a documentação oficial o permite, está feita. É possível que em arquivos particulares haja vestígios da correspondência trocada a esse respeito entre autoridades várias. Como é também possível que na memória individual de alguns protagonistas muita coisa esteja também 'arquivada'²⁰. O que me interessa de momento salientar é o seguinte: do «núcleo duro» da 'erudição portuense' apenas António Cruz ingressará

¹⁹ Indagações em curso, alargadas ao *Boletim Cultural* da Câmara e à col. «Documentos e Memórias...», confirmam este panorama.

²⁰ Atente-se, por exemplo, nesta passagem: «(...) em 1962, tolera-se a restauração da Faculdade de Letras, reclamada pela região, por obra de uma plêiade de lentes de medicina estimulados por personalidades que trabalham nas bibliotecas e arquivos, aceitando-se, embora, que essa faculdade renasça mutilada, isto é, sem as licenciaturas em geografia e línguas, professadas nas escolas congêneres de Coimbra e Lisboa. Pretende-se tão só transformá-la em núcleo de reacção histórico-filosófica ao materialismo dialéctico de um núcleo portuense e ao fluxo económico-positivista dominante em Lisboa. Nesses anos serôdios, não se pensa que a nova faculdade possa ser um foco de pensamento livre e criador, o que acabará por acontecer» (Luís A. de Oliveira RAMOS, «Sobre a identidade universitária no Norte de Portugal», in *Revista de História*, do Centro de História da Universidade do Porto, VII (1986-1987), p. 205).

«ab initio» na restaurada Faculdade²¹. Dos círculos concêntricos centrais dessa 'nebulosa' ingressará na mesma altura Sérgio da Silva Pinto, licenciado por Coimbra, ao tempo bibliotecário da Faculdade de Economia, colaborador da *Stvdium Generale* desde 1958 e membro da Redacção da revista *Bracara Augusta*. Dos círculos intermédios ou periféricos ingressarão ainda, mas mais tardiamente, Bernardo Xavier Coutinho (em 1967)²² e Flávio Gonçalves (em 1976).

Ou seja, na sua fase inicial a Faculdade recrutará os docentes de *História* não na erudição portuense mas predominantemente em diplomados pela Faculdade de Letras de Lisboa, Escola onde a investigação conheceu significativo avanço nos anos 50, ainda antes da autonomização da licenciatura em *História*, tempo que, aliás, corresponderá ao apogeu científico de Virgínia Rau. De Lisboa, onde era professor desde 1940, vem assim o já mencionado José António Ferreira de Almeida. Diplomados por Lisboa são também, ingressados em momentos diversos, Carlos de Soveral, Luís de Oliveira Ramos, Jorge Henrique Pais da Silva, Flórido Vasconcelos e José Vieira de Carvalho. E será este o panorama do Corpo Docente até 1968²³. Fase que cientificamente terá a sua tradução na revista *Cale*, cujo único volume, com data de 1966, nos dá conta — e para lá de uma extensa evocação da primeira fase da Escola, pela pena de Luís de Pina²⁴ — nos dá conta, dizia, da proficiência de António Cruz como professor de *Paleografia*²⁵ e nos patenteia uma primeira abordagem de Luís de Oliveira Ramos à figura do Cardeal Saraiva²⁶.

6. 1968 será um ano importante na vida da Escola: ano de conclusão das primeiras licenciaturas em *História* e *Filosofia*, mediante a defesa das (ao tempo) necessárias dissertações. A partir de então, e num processo que, salvo excepções, se prolongará até aos nossos dias, o Corpo Docente de *História* será recrutado entre os 'produtos' da própria Escola, normalmente recém-licenciados e ingressados com a categoria de *assistentes*. Os primeiros foram Eugénio dos Santos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida

²¹ E recorde-se que Damião Peres se jubilara em Coimbra em 1959; que Magalhães Basto morrera no ano seguinte; e que Torquato de Sousa Soares preparava ao tempo o seu acesso à cátedra na Universidade de Coimbra.

²² E inicialmente apenas como assistente, encarregado da regência de *História do Cristianismo*, precedendo indicação da Diocese do Porto.

²³ Note-se que Luís de Pina será também professor da Faculdade nos primeiros anos (1962-65); mas não em *História*, antes em cadeiras de *Psicologia* e *Ciências Pedagógicas*.

²⁴ V. *supra*, nota (8).

²⁵ «Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal», in *Cale*, vol. cit., pp. 173 ss.

²⁶ «Fr. Francisco de S. Luís, professor de Matemática», in *ibid.*, pp. 325 ss.

e Luís Fonseca, em 1968; Cândido dos Santos, Francisco Fortunato Queirós e Aurélio de Oliveira, em 1970; Graziela de Jesus Silvestre, em 1971; e Fernando de Sousa, em 1973.

Da actividade científica desse 'departamento' de *História* que assim se configura já com a presença de licenciados pela 'casa' possuímos, até aos meados dos anos 70, dois indicadores:

- O conjunto das 56 dissertações de licenciatura defendidas entre Janeiro de 1968 e Janeiro de 1975 (v. fig. 1);
- e os 4 volumes da 1.^a série da *Revista da Faculdade de Letras/História*, publicados entre 1970 e 1974 (v. fig. 2).

Um e outro indicadores nos dão conta do predomínio acentuado dos séculos XVI-XVIII, em larga medida pelo peso, entre as dissertações, dos trabalhos de *Demografia Histórica* (então orientados por Cândido dos Santos). Ambos os indicadores nos mostram a *História Medieval* em discretíssima a posição. Contrastam de um para outro a *Arqueologia* (mais representada na *Revista*), a *História Contemporânea* e a *História da Arte* (mais consideráveis nas dissertações).

7. Qual o sentido da evolução nos anos subseqüentes a 1974?

Relativamente à *História Moderna* a tónica está na continuidade do seu peso, já não pela *Demografia Histórica* mas pelo desenvolvimento de uma *História das Mentalidades* e de uma *Sociologia Religiosa*, marcadas, através de Eugénio dos Santos, de Cândido dos Santos e de João Francisco Marques, pela figura tutelar de Jean Delumeau; ou de uma *História Social* ou *Institucional*, já de cariz rural e agrário (com Aurélio de Oliveira), já de cariz urbano e concelhio (com Francisco Ribeiro da Silva); sem esquecer a abordagem das correntes ideológicas do Portugal dos fins do «Ancien Régime» (com Luís de Oliveira Ramos).

A *Arqueologia* desenvolve-se consideravelmente, e a par de uma vertente romana e castreja que já possuía (com Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Armando Coelho, e mais tarde Rui Centeno), verá configurar-se uma vertente pré-histórica (com Vítor Oliveira Jorge e Susana Oliveira Jorge).

Assinalável será o «boom» da *História Medieval*, em larga medida pela acção de Humberto Baquero Moreno, professor da Faculdade desde 1975, e também pela melhoria das condições de trabalho nos Arquivos Distrital e Municipal²⁷.

²⁷ Sobre os caminhos recentes da Historiografia medievística, incluindo naturalmente os trilhados na Universidade do Porto, veja-se o trabalho cit. na nota (15).

A *História da Arte* não se detém, continuando a pujança que, em redor de J. A. Ferreira de Almeida, as dissertações de licenciatura já denotavam; seja em torno do Românico do Entre-Douro-e-Minho (com Carlos Alberto Ferreira de Almeida), seja em torno da problemática da talha barroca (com Natália Marinho) ou do urbanismo portuense do século XVIII (com J. Jaime Ferreira Alves).

Finalmente, o desenvolvimento acentuado da *História Contemporânea*, já aqui abordado²⁸, que muito teve a ver com a autonomização de cadeiras específicas, colocadas no 4.º ano da licenciatura pela reforma de 1978; e a tal desenvolvimento se ligam os nomes de Victor de Sá, F. Fortunato Queirós e Fernando de Sousa. Sem tal desenvolvimento não estaríamos aqui hoje.

8. É tempo de parar. Com uma conclusão? Um balanço? Um prognóstico?

Talvez me decida por esta última hipótese. E o prognóstico não será propriamente optimista, vivendo, como vivemos, em tempos em que, e pelo menos na perspectiva dos homens do Poder, a memória nacional não será idealmente uma memória historiográfica e em que o discurso do historiador não raro se revela *incómodo*; a juntar a tudo isto, a proliferação dos discursos 'híbridos', em torno, frequentemente, da tão maltratada História «da Cultura»; e, por último, a perspectiva de reformas do sistema educativo que parecem não ir encarar com excessivo entusiasmo o papel da *História* nos Ensinos Preparatório e Secundário...

De tudo isto resulta um risco: que nos alvares do século XXI se alguém falar de «Historiografia portuense» o interlocutor arregale os olhos e, surpreendidamente, interroge:

— Historiografia portuense?! Mas onde está ela?!!

Esperemos, ao menos, que tal se não verifique...

Porto, 9 de Outubro de 1989.

²⁸ Cf. a comunicação de Victor de Sá ao presente Congresso («O ensino da História Contemporânea»).

TEMAS	ESCOLAS		
	Coimbra (1965-1975)	Lisboa (1960-1974)	Porto (1968-1975)
Séculos XI-XV	49 (22,27%)	19 (12,17%)	2 (3,57%)
Séculos XVI-XVIII	90 (40,90%)	79 (50,64%)	23 (41,07%)
Século XIX	33 (15%)	11 (7,05%)	10 (17,85%)
História da Arte	3 (1,36%)	9 (5,76%)	12 (21,42%)
Arqueologia	17 (7,72%)	21 (13,46%)	3 (5,35%)
Diversos	28 (12,72%)	17 (10,89%)	6 (10,71%)
Totais	220 (99,97%)	156 (99,97%)	56 (99,97%)

Fig. 1 — Temática das dissertações de licenciatura em *História* apresentadas às 3 Faculdades de Letras a partir dos anos 60 (reproduzido do trabalho citado na nota [15]).

Épocas/temas Peso respectivo	N.º artigos %	N.º págs %
Arqueologia Romana/Castreja	10 (37,03)	106 (11,07)
História Medieval	4 (14,81)	110 (11,49)
História Moderna	9 (33,33)	489 (51,09)
História Contemporânea	2 (7,40)	93 (9,71)
História da Arte	2 (7,40)	159 (16,61)
Totais	27 (99,97)	957 (99,97)

Fig. 2 — Temática dos artigos publicados na 1.ª série da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História* (vol. I, 1970; vol. II, 1971; vol. III, 1972; vol IV/V, 1973/1974).